

## **Resolução CRESS 12ª Região nº025/2016**

**O Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12ª Região, em reunião de Conselho Pleno de 17 de Junho de 2016, no uso de suas atribuições previstas em Leis, Decretos e Resoluções, *RESOLVE*:**

Art. 1º - Conceder aos atuais empregados do CRESS – 12ª Região a **reposição salarial** de acordo com INPC referente ao período de 1º de Abril de 2015 até 30 de Março de 2016, no percentual de **9,91%** (nove vírgula noventa e um por cento).

Art. 2º - 13º SALÁRIO/ANTECIPAÇÃO - O CRESS/SC pagará a primeira parcela do 13º (décimo terceiro) salário, até 30 de junho de cada ano, sendo facultado ao empregado ter a antecipação da referida parcela, por ocasião de suas férias, desde que a requeiram a partir do dia da definição da escala das férias, até o dia 31 de Janeiro (prevista no artigo 2º, § 2º da Lei 4.749/65).

Parágrafo Único - As solicitações fora do prazo poderão ser apresentadas 30 dias antes do período de férias.

Art. 3º - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO- Quando a substituição de trabalhador do CRESS/SC se tratar de férias ou outra razão distinta da demissão, que ultrapasse o período de 10(dez) dias, o substituto deverá receber salário idêntico ao salário do substituído cuja diferença será paga a título de gratificação, enquanto perdurar a substituição eventual, sem incorporação ao salário do substituto. As substituições deverão ser autorizadas pela Diretoria do CRESS/SC.

Art. 4º - Conceder aos atuais empregados do CRESS – 12ª Região, 22 (vinte e dois) vales alimentação, no valor de **R\$ 24,61 (vinte e quatro reais e sessenta e um centavos)**, o que corresponde à correção pelo INPC do período+5%.

Art. 5º - Conceder aos atuais empregados do CRESS – 12ª Região, auxílio refeição no valor de **R\$ 21,83 (vinte um reais e oitenta e três centavos)**, ao dia, limitado a 22 (vinte e dois) vales ao mês, conforme correção INPC do período+5%.

Art. 6º - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DE EMPREGO: Gozará de estabilidade provisória no emprego, salvo por motivo de justa causa, aquele que se encaixar nas seguintes hipóteses:

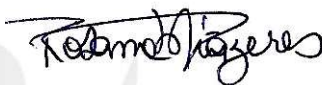
- a) Acidentado – por período de 12 (doze) meses, após a cessação do auxílio doença acidentário, consoante artigo 118 da lei 8.213/99;
- b) Pré-aposentados - por 12 (doze) meses, imediatamente anteriores a complementação de tempo para aposentadoria pela previdência social ou outra instituição com a mesma finalidade, e que tiverem no mínimo 05 (cinco) anos de vinculação empregatícia com a Entidade empregadora;

Art. 7º - ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR: De acordo com a Resolução CRESS nº 027/2015.

Art. 8º - Ficam garantidas as vantagens concedidas aos empregados obtidos em acordos coletivos anteriores.

Art. 9º - Esta Resolução tem seus dispositivos incidentes a partir de 1º de Maio de 2016.

Florianópolis, 13 de Junho de 2016.



**Rosana Maria Prazeres**

Assistente Social 2840

Presidente CRESS 12ª Região

